

## **A CENTRALIDADE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA POBREZA NA PRÁTICA DA APOROFOBIA, SEGUNDO A FILÓSOFA ADELA CORTINA.**

Larissa Moraes Cardoso dos Santos.  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - FCHS,  
e-mail: [lmc.santos@unesp.br](mailto:lmc.santos@unesp.br).

**RESUMO:** O debate em torno do conceito de pobreza tem se desenvolvido ao longo dos séculos, possibilitando novas perspectivas e interpretações. Na atualidade, a compreensão mais difundida parece caracterizar a pobreza como um fenômeno multidimensional, abrangendo não apenas aspectos econômicos, mas também dimensões relacionadas à educação, à saúde, ao lazer e à qualidade de vida. Esse avanço representa um importante enriquecimento conceitual, uma vez que possibilita pensar a pobreza para além da insuficiência de renda. Contudo, mesmo essas interpretações mais recentes costumam permanecer vinculadas a uma ideia restrita de mínimo. Em geral, considera-se que a superação da pobreza depende do atendimento de um conjunto de necessidades básicas, sem que isso implique, necessariamente, o acesso pleno aos bens, oportunidades e relações socialmente produzidos. Ampliar o debate exige deslocar a discussão para o campo filosófico, possibilitando reflexões que alcancem dimensões mais profundas desse fenômeno social. É justamente essa proposta que orienta a conceituação da filósofa espanhola Adela Cortina, autora que cunhou o termo "aporofobia". Para Cortina, a pobreza pode ser compreendida como a incapacidade de participar de relações de troca e das dinâmicas sociais de intercâmbio. Pobre, portanto, é aquele que não dispõe de recursos socialmente valorizados para oferecer em uma relação. A partir dessa concepção, a aporofobia – entendida como a aversão, o desprezo e o ódio dirigidos aos pobres – manifesta-se como um preconceito voltado contra aqueles que não possuem o recurso de troca valorizado em determinado contexto. Esses recursos podem assumir diferentes formas, como votos, prestígio, inteligência ou influência; entretanto, aquele que mais frequentemente fundamenta a discriminação é o recurso econômico. Com base na leitura da obra “Aporofobia: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia” (2022), este trabalho apresenta os resultados da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cujo objetivo consiste em investigar se, dentre as diferentes dimensões da pobreza presentes na formulação filosófica da autora, a pobreza econômica é aquela que incide com maior intensidade sobre a prática e a vitimização da aporofobia. Parte-se da hipótese de que, em uma sociedade na qual o dinheiro constitui o recurso socialmente mais valorizado, a privação econômica continua sendo o principal fator que expõe indivíduos e grupos à experiência desse preconceito, ainda que o conceito de pobreza seja mais amplo e multifacetado.

**Palavras-chave:** Pobreza; Aporofobia; Pobreza Econômica; Adela Cortina.

## A EMERGÊNCIA DE UMA ÉTICA DA LIBERDADE NO PRIMEIRO SARTRE.

João Carlos Soares dos Santos.  
FCL de Assis – UNESP.  
e-mail: [jc.santos@unesp.br](mailto:jc.santos@unesp.br).

**RESUMO:** O presente trabalho investiga a presença de elementos éticos nos escritos da primeira fase de Jean-Paul Sartre. A ética representa, ao mesmo tempo, uma preocupação e uma imposição à filosofia existencial de Sartre, pois, desde seus fundamentos — como a primazia da existência e a liberdade inescapável —, surgem questões acerca da ação humana, de suas determinações e de sua autenticidade. Entendemos que elementos de um pensamento ético sartreano atravessam sua obra desde os primórdios. Já em seus escritos da juventude, Sartre tece críticas à moral estabelecida e às noções de bem e mal, demonstrando sua tendência, ainda em construção, a questionar os valores em sua relação com a liberdade. Nos dedicamos a discutir os elementos éticos presentes na psicologia fenomenológica, a partir das noções de náusea, angústia, emoção e imaginário. Analisamos o procedimento de descrição do desvelamento do sentido do mundo encarnado na náusea e investigamos a afinidade desta com a noção de angústia. A náusea aparece como revelação da contingência, da gratuidade do mundo, desnudando a ausência de valores dados e a falta de necessidade do real. A angústia revela, paralelamente, a indeterminação do sujeito, a fatalidade de sua espontaneidade. A emoção, da mesma forma, tem muito a revelar acerca da consciência, do mundo e da relação entre ambos, revelando a existência de regimes distintos de mundo, como o mundo mágico e o mundo-utensílio. Analisamos também a evasão representada pelo recurso constante ao imaginário, na produção de irrealis que, longe de demandar a ação, existem enquanto passividade. O imaginário representa a ação da liberdade enquanto transcendência, possibilidade permanente de negar o mundo, mas também de recusar-se a agir. No entanto, essa negação pode estabelecer uma ética imaginária, que escapa do real numa permanente criação de irrealis, o que se contrapõe a uma ética real. Assim, buscamos demonstrar como reflexões éticas emergem, na obra do primeiro Sartre, a partir das noções de náusea, angústia, emoção e imaginário.

**Palavras-chave:** Existencialismo; Fenomenologia; Liberdade; Responsabilidade.

## A IGUALDADE E A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT.

Élton Dias da Silva.  
UNESP.

e-mail: [eliton.dias@alumni.usp.br](mailto:eliton.dias@alumni.usp.br).

**RESUMO:** Hannah Arendt espelha em boa parte de suas obras a experiência de viver como apátrida devido a condição de refugiada das perseguições antissemitas promovidas pelos nazistas na Alemanha. Pária em sua própria terra, sem lugar e sem direitos, a autora concebe a cidadania como o direito a ter direitos ao sentir na pele que a igualdade em dignidade e direito dos seres humanos não é um dado. Neste sentido, este trabalho busca demonstrar que a noção de isonomia é fundamental na arquitetura arendtiana na medida em que a pluralidade é a condição ontológica da humanidade que só pode subsistir tendo como substrato a igualdade. Esta noção fica explícita quando retomamos a apropriação que a autora faz de Aristóteles ao recordar que a *polis* grega diferenciava-se da *oikos* pelo fato de somente conhecer iguais, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Donde conclui que a igualdade é a essência da liberdade, estar entre pares é ser livre de toda desigualdade. A pólis se configura como este espaço onde não cabe a distinção entre governantes e governados, onde prevalece uma relação de iguais com iguais, assentada na ideia de uma dignidade humana de desiguais que precisam ser igualados externa e materialmente para formar uma organização política, um mundo comum (*koinon*). Por isso, o momento crucial da história do trabalho foi a abolição do requisito de propriedade para o direito do voto, a admissão do trabalhador no domínio público e sua emancipação como cidadão. Os trabalhadores lutam não apenas para defender seus interesses econômicos, mas travam uma batalha política ao aparecer no espaço público, agem e falam assentados na noção de humanidade, “*qua* homens, e não *qua* membros da sociedade”, a partir daí, “a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas” (Arendt. *A condição humana*).

**Palavras-chave:** Isonomia; Liberdade; Desigualdade.

## DE UMA ARQUEOGENEALOGIA DE FOUCAULT EM RANCIÈRE: RELAÇÕES ENTRE O DISCURSO E A FICÇÃO.

Vitor Nicolau Palomo Garcia.  
Universidade de São Paulo.  
e-mail: [vitor.palomo31@usp.br](mailto:vitor.palomo31@usp.br).

**RESUMO:** A bibliografia mais corrente sobre a relação entre as filosofias de Michel Foucault e Jacques Rancière, aproxima-os a partir da fase arqueológica de Foucault: entre os conceitos de *a priori* histórico, de Foucault, e partilha do sensível, de Rancière, ou entre as epistemes foucaultianas e os regimes rancierianos. O objetivo, contudo, é estender essa tensão entre os autores para a fase genealógica de Foucault, isto é, para seus trabalhos da década de 1970, baseado nos conceitos de discurso e ficção. O problema é que na fase genealógica de Foucault, apesar do desfoque no conceito de discurso, ele, o discurso, passa a aparecer entremeado em relações de poder, conjurando-o, reafirmando-o, dando-lhe novas formas; é o feixe linguístico da relação entre saber e poder, possuindo efeitos materiais e concretos, tal que não se isenta de ser uma prática discursiva. Por sua vez, para Rancière, a ficção é uma estrutura de racionalidade que opera como uma estrutura do narrar, responsável pela concatenação da causalidade, isto é, organiza eventos, acontecimentos, fatos e a história; dá inteligibilidade para o mundo empírico e, com isso, é capaz de operar rearranjos materiais sobre a sensibilidade. Há pontos cruzados de aproximações e distanciamentos entre ambas as noções, contudo, ambos conceitos estão conectados pois o que está em jogo nessa relação entre a linguagem e a prática são os modos de existir, os modos de vida dos indivíduos. Vale observar que Rancière não ignora as relações de poder que se tornam o enfoque de Foucault em suas pesquisas genealógicas; na verdade, n’*A partilha do sensível* Rancière identifica inevitavelmente nas relações os problemas de ordem material, isto é, sensível, haja vista sua filosofia se orientar sobre a posição topológica que cada indivíduo ocupa na sociedade – bem como na comunidade, como ele diz, estética. Sobre sua concepção de sensível está em jogo, sobretudo, uma interpretação do conceito de estética kantiano “eventualmente revisitado por Foucault”, como afirma, em que o *a priori* determina aquilo que se dá a sentir e experienciar; retomando, assim, a arqueologia foucaultiana. A hipótese que se espera demonstrar é que encontramos na filosofia de Rancière não somente uma aproximação arqueológica com Foucault, tampouco se pretende defender que a aproximação decorre do afastamento de ambos da filosofia de Althusser – que atravessa esse debate sobre o discurso –, mas, antes, que há em Rancière uma relação crítica com o arco arqueogenealógico peculiar da teoria foucaultiana. Ora, estendendo isso para os conceitos em debate – discurso e ficção – é possível observar que a ficção opera tal como um discurso, sua distinção é revelada somente enquanto se pensa nos meios que projeta a subversão de uma certa partilha da sensibilidade e em como faz a reorganização material da vida, dos modos de visibilidade e pensabilidade. A ficção enquanto discurso revela que, assim como o discurso, ela é aquilo pelo que se luta e com que se luta: ela afirma ou nega os modos de vida e uma certa partilha do sensível.

**Palavras-chave:** Jacques Rancière; Michel Foucault; Discurso; Ficção; Arqueogenealogia.

## TEORIA DO SONHO DE HENRI BERGSON: INCONSCIENTE E SONHO.

Pedro Caliel Costa Gonsalves.  
UNESP – FFC.  
e-mail: [pedro.caliel@unesp.br](mailto:pedro.caliel@unesp.br).

**RESUMO:** Henri Bergson foi um pensador francês contemporâneo que, como muitos de seu tempo, rejeitou o positivismo e a redução da atividade psicológica aos fenômenos físicos. Suas teorias, apesar de se estenderem até a moralidade, a cosmologia, o princípio da vida e a natureza do tempo, iniciaram-se no âmbito psicológico. A atividade mental seria, segundo Bergson, o objeto de estudo mais próximo do ser humano, e em suas investigações, ao tratar da memória, da ação, do corpo e do tempo, tratou também dos sonhos. Os sonhos são, de acordo com a teoria bergsoniana, recombinações de lembranças variadas apresentadas à consciência, que ocorrem na tentativa da memória em responder aos estímulos físicos que o adormecido recebe; uma vez que aquele que dorme percebe confusamente tais estímulos e também conta com uma atenuada capacidade de “filtrar” as memórias (ambos em vista do relaxamento sensório-motor e cognitivo), as imagens que emergem são muitas vezes confusas, o que não significa que elas nos sejam de todo estranhas. A teoria de Henri Bergson institui que as lembranças, mesmo que não atualizadas jamais, nunca deixam de existir, e este seria um dos motivos pelos quais, em sonhos, a memória apresenta ao indivíduo elementos do passado que ele talvez nunca tenha necessitado acessar durante a vigília, por questões práticas do funcionamento da consciência para Bergson. Este trabalho destina-se a investigar o inconsciente psicológico na filosofia de Henri Bergson, com o fim de relacioná-lo íntima e seguramente ao fenômeno do sonho, compreendendo-o como dimensão da vida psíquica individual constituída por lembranças não atualizadas que subsistem fora do foco da consciência. O objetivo da apresentação, é, em suma, estabelecer o fundamento do inconsciente bergsoniano, e tornar evidente a maneira como os sonhos se constituem, segundo Bergson, a partir da atividade psicológica, das duas formas da memória e das lembranças em vias de emergirem à consciência.

**Palavras-chave:** Filosofia Contemporânea; Henri Bergson; Psicologia; Memória; Inconsciente.

## A “IDEOLOGIA NACIONAL” COMO PROBLEMA FILOSÓFICO EM ÁLVARO VIEIRA PINTO.

Gabriel Jacobina Marques.

UFRJ.

e-mail: [g.jacobinamarques@gmail.com](mailto:g.jacobinamarques@gmail.com).

**RESUMO:** Em suas famosas *Teses sobre Feuerbach*, Marx sintetizou o papel que o conceito de práxis viria a ter em toda a filosofia e em todo pensamento político herdeiro da revolução operada nas ciências humanas por sua obra e, por consequência, sua interpretação da igualmente revolucionária filosofia hegeliana. Nas teses 8 e 11, principalmente, vemos explicitada uma postura radical e profundamente atual no campo histórico-político, é claro, mas essa postura diz respeito de forma igualmente profunda ao campo epistemológico. Pois se “A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis.” (tese 8) e “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.” (tese 11), então está claro que para a filosofia, um novo problema, gestado pelo materialismo dialético e sua herança hegeliana, se coloca: a Razão não é um processo de abstração e reflexão críticos apenas, mas, para ser verdadeiramente racional, precisa estar dialeticamente imbricada na práxis social e histórica. Tomando a sério estas formulações, e compreendendo que tanto para Marx e Engels quanto para Hegel, a consciência e o conhecimento são processos inerentemente históricos, ou seja, se dão no movimento de exteriorização e superação do pensamento naquilo que Hegel chamou de Espírito Objetivo, torna-se, portanto, necessário retomar um debate, fortemente combatido em sua legitimidade, sobretudo após o fim da União Soviética: o estatuto filosófico do conceito de Ideologia. Argumentamos, portanto, na linha de Álvaro Vieira Pinto, que a ideologia nacional, no sentido hegeliano-marxista, pode ser considerada como autoconsciência da cultura na sua fase nacional – determinada superestrutura de um determinado grau de internacionalização da divisão do trabalho – instância positiva da crítica marxista. Ora, como escreve Vieira Pinto em *Ideologia e desenvolvimento nacional*, “todo processo histórico supõe a ideia segundo a qual é compreendido, e, portanto, exige uma consciência segundo a qual a ideia é ideia” e “para que se torne possível, e depois real, a unidade imprescindível ao rendimento ótimo do processo nacional, é necessário que aquilo que em cada consciência privada é ideia, seja socialmente ideologia.” Portanto, é na socialização, seja pelo trabalho ou pelo reconhecimento na linguagem, que o indivíduo concreto se torna objeto para si mesmo e, ao mesmo tempo, sua existência social age sobre si como força exterior. No entanto, se o Estado Nação, livre de toda a mistificação apriorística do “caráter dos povos” pode ser compreendido nesta chave como um universal concreto do grau de intensificação da divisão do trabalho – avanço das forças produtivas –, em que medida é possível a construção de uma Ideologia Nacional que não distancie, na verdade, a organização social da perspectiva de superação da sua forma histórica? Como conciliar a ciência histórica – universal – do processo de exteriorização produtiva com a consciência ideológica - de um “povo” - da nação? Em que medida a cultura, no caso a brasileira, é consequência ou causa das incipientes ideologias nacionais que permeiam sua história?

**Palavras-chave:** AVP, Marx, Nação, Ideologia

## **O PENSAMENTO BRASILEIRO EM MANOEL BOMFIM: O PARASITISMO SOCIAL E A CRÍTICA AO EUROCENTRISMO.**

Brunna Oliveira Coutinho dos Reis.  
UNESP.  
[brunna.reis@unesp.br](mailto:brunna.reis@unesp.br).

**RESUMO:** O presente estudo objetiva resgatar e compreender criticamente a interpretação de Manoel Bomfim (1868-1932) acerca do processo da formação social latino-americana, mais especificamente no contexto brasileiro. A peculiaridade da crítica bomfimniana reside na ênfase dada à singularidade da situação brasileira enquanto antiga colônia portuguesa, e a argumentação do intelectual sergipano perpassa uma revisão histórica do passado do país, a fim de entender como essa especificidade engendrou uma configuração étnico-racial, social e econômica completamente nova a partir da miscigenação imposta pelos processos de violência e dominação colonial. De acordo com Bomfim, o Brasil, enquanto subserviente de uma metrópole que se resignou diante da comodidade econômica proporcionada pela exploração do território e da força de trabalho nativa, passando, assim, a um capítulo de profundo atraso político ante um cenário de ascensão do que seriam as futuras potências do capitalismo internacional; toda essa conjuntura levou o país a se forjar enquanto uma nação igualmente retrógrada e retardatária. O aparelho burocrático e o Estado teriam sido, segundo o autor, transplantados mecanicamente da realidade portuguesa para cá, se apresentando, conseqüentemente, inefetivo frente às reais necessidades e demandas do conjunto do povo. Caracterizado como um reflexo das débeis instituições políticas de Portugal, o Estado brasileiro tinha como função principal resguardar os privilégios da elite dominante importada da metrópole, visto que a atividade econômica consistia, basicamente, na gestão dos lucros obtidos na produção da colônia e dos impostos. A escravidão, nesse sentido, constituiu o pilar essencial de todo esse arranjo sociopolítico e econômico, na qual a miscigenação funda, através da opressão e da coerção psicofísica, uma sociedade inteiramente distinta, permeada pelo profundo caldeamento racial. No início do século XX, momento em que Bomfim inicia sua produção teórica em torno das questões candentes de seu tempo, a literatura hegemônica partidária do racismo científico protagonizava o debate a respeito da constituição étnica do país. A intelectualidade consagrada do período direcionava seus esforços a culpabilizar a população escravizada pelas mazelas e cicatrizes da história brasileira, perdendo de vista seu fundamento material e histórico. Manoel Bomfim, portanto, aparece como um dos pioneiros no deslocamento da discussão do campo racial para o campo da totalidade das contradições, cunhando a categoria de parasitismo social para ilustrar a brutalidade da colonização e seus impactos permanentes na nação emergente, bem como para substanciar suas noções a respeito da questão racial e seu papel qualitativo – e principalmente decisivo – na formação social brasileira. Partindo de um arsenal categórico metodológico oriundo das ciências biológicas, Bomfim procurou elaborar uma análise distinta sobre o passado local, buscando, também, nas fontes históricas e nas ciências humanas os aportes necessários para fundamentar sua crítica ao eurocentrismo. Entendo, dessa maneira, que Bomfim traz uma interpretação contra hegemônica em torno da gênese brasileira, desse modo, o objetivo desse trabalho é investigar a atualidade de sua teoria e suas possíveis contribuições para se compreender a formação social da América Latina e sua respectiva realidade enquanto continente que abriga o principal sustentáculo do capitalismo imperialista contemporâneo, o subdesenvolvimento dos países colonizados.

**Palavras-chave:** América Latina, Formação social brasileira, Eurocentrismo, Manoel Bomfim, Parasitismo social.

## **O CONCEITO DE FASCISMO DEPENDENTE EM THEOTÔNIO DOS SANTOS: UMA CONTRIBUIÇÃO AO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO.**

João Henrique Gelmi de Freitas Cursino.

UNESP MARÍLIA.

e-mail: [joao.gelmi@unesp.br](mailto:joao.gelmi@unesp.br).

**RESUMO:** No dia 11 de setembro de 1973, o governo de Allende, no Chile, é derrubado para a instauração de uma ditadura militar liderada pelo General Pinochet. Na época, o novo governo sancionava um decreto contendo uma lista com 95 nomes de pessoas que deveriam se entregar ao Ministério da Defesa no mesmo dia. Nela constavam líderes de partidos populares, revolucionários, membros de organizações de extrema esquerda e antigos políticos vinculados ao governo de Allende. O nome de Theotônio dos Santos também aparecia nessa lista. Santos já estava exilado no Chile desde 1966, em consequência do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, e quando ocorre a ditadura chilena ocupava a direção do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), na Universidade do Chile. Este grupo de pesquisa dedicava seus esforços à elaboração e ao aprofundamento da Teoria Marxista da Dependência (TMD), sustentando uma crítica sistemática ao imperialismo e ao capitalismo e uma militância pela transformação socialista. É nesse contexto que Theotônio elabora uma de suas obras de maior relevância: “Socialismo ou Fascismo: o dilema latino-americano”, publicada em 1968. O presente trabalho objetiva analisar o conceito de fascismo dependente formulado por Theotônio dos Santos, com o argumento que sua elaboração constitui uma contribuição teórico-filosófica original, ao articular categorias do marxismo clássico com as condições históricas específicas da América Latina. O ponto de partida do autor é a recusa do anacronismo: diante de uma ciência social que ou negava a possibilidade do fascismo fora dos países imperialistas centrais, ou simplesmente transpunha para a América Latina conceitos forjados na experiência europeia, Theotônio propõe uma distinção teórica precisa. O fascismo clássico, em suas formas europeias, pressupunha burguesias nacionais com projetos hegemônicos autônomos e Estados com capacidade de constituir uma base de massas ativa. Nenhuma dessas condições estava presente na América Latina dos anos 1960. O conceito de fascismo dependente emerge exatamente dessa diferença estrutural. Para o filósofo, o capitalismo dependente produz uma forma específica de dominação política que, embora partilhe com o fascismo clássico o recurso à violência estatal e à liquidação das organizações populares, distingue-se dele em sua essência. Trata-se de um fascismo sem conteúdo nacional realizável, porque os regimes que o encarnam são estruturalmente subordinados ao capital multinacional e ao imperialismo. O fascismo dependente nasce já comprometido com os interesses externos que deveria, em tese, combater. Ao demonstrar que a forma política não pode ser abstraída das condições materiais de sua produção, Theotônio opera uma crítica à aplicação de categorias europeias à realidade latino-americana. Ao mesmo tempo, ao formular o dilema socialismo ou fascismo como tese histórica, o autor recusa tanto o determinismo quanto o voluntarismo idealista. As alternativas são estruturalmente condicionadas, mas é a prática política das classes que decide qual delas se realiza. Recuperar esse conceito hoje significa reconhecer a atualidade de um pensamento que soube nomear com rigor os impasses do capitalismo dependente e que permanece como instrumento filosófico indispensável para a compreensão da realidade brasileira e latino-americana.

**Palavras-chave:** Fascismo dependente; Capitalismo dependente; Pensamento político brasileiro; Teoria Marxista da Dependência



## OS ESCRITOS DO FILÓSOFO JOSÉ CHASIN: UM ESTUDO SOBRE A CATEGORIA DE VIA COLONIAL NO CONTEXTO DAS GREVES OPERÁRIAS DO ABC PAULISTA (1978/79/80).

Vinícius Ferreira Castiglioni.  
Unesp - Campus Marília.  
e-mail: [vinicius.castiglioni@unesp.br](mailto:vinicius.castiglioni@unesp.br).

**RESUMO:** O filósofo José Chasin (1937-1998) se propôs a discutir com afinco a formação social brasileira, de modo a investigar a forma particular com que o país se insere na ordem capitalista mundial. Objetiva-se, através deste trabalho, analisar sua originalidade e importância para o pensamento político brasileiro, sobretudo em ocasião das greves operárias no ABC paulista em 1978, 1979 e 1980. Identifica-se, no histórico da constituição do capitalismo em nível global, diferentes níveis de desenvolvimento entre os países, o que sugere formas particulares de edificação deste modo de produção. O autor, em sua obra *O Integralismo de Plínio Salgado*, apresenta os traços essenciais do caminho brasileiro ao capitalismo através da noção de “via colonial”. A realidade brasileira se situa nos casos atípicos de conformação capitalista. São os países que não passaram pelas revoluções burguesas com participação das massas populares, mas sim pela conciliação entre a burguesia e as antigas classes dominantes – uma “reforma pelo alto”. Nesse caso, a herança colonial aparece com destaque na existência do latifúndio proveniente do empreendimento colonial e na subordinação ao imperialismo. Em consequência deste caminho, o capital industrial surge de forma retardatária, ganhando presença decisiva somente na década de 1930. Estes elementos levam à categorização da “via colonial”, uma noção que exprime a particularidade brasileira. A burguesia que aqui se constrói, além de caudatária, é profundamente autocrática. Em razão da impossibilidade de sua autonomização, busca manter sua acumulação através do poder estatal. As reformas pelo alto configuram remodelamentos da forma de dominação para garantir as taxas de lucro da classe dominante, seja pelo caminho da autocracia burguesa institucionalizada ou da ditadura bonapartista, como esteve em voga durante a ditadura militar. As greves operárias do ABC paulista localizam-se nesse contexto. Tendo sua causalidade fundante na superexploração do trabalho, uma reivindicação econômica, os trabalhadores, ao pararem as máquinas, atingiram diretamente as bases do padrão de acumulação industrial da época e, por este motivo, estremeceram as estruturas da dominação burguesa pela via da ditadura bonapartista. Coloca-se, nesse momento de crise, o problema da “redemocratização”. Chasin argumenta que nunca houve democracia no país, propriamente em decorrência da via colonial. A democracia é o “historicamente novo”, enquanto o “historicamente velho” não tem mais nada a oferecer a não ser sua metamorfose autocrática, o que é a própria negação da democracia. Nesse quadro histórico, a ação operária, ainda que inconscientemente, coloca a conquista da democracia como central ao se levantar contra o arrocho salarial; uma democracia da perspectiva do trabalho, das maiorias, estruturada em um projeto econômico de liquidação da superexploração do trabalho que, necessariamente, caminha no sentido da destruição das heranças coloniais e a ruptura com a subordinação ao imperialismo. Dado este panorama, nota-se que o autor apresenta uma contribuição original para compreender a formação brasileira, que adquire importância na medida em que possibilita aferir a natureza da burguesia, do Estado e outros fenômenos que surgem como consequência. Nesse sentido, permite lançar, inclusive, as bases para formulações acerca da transição socialista no Brasil de acordo com nossas necessidades e especificidades.

**Palavras-chave:** Via colonial, José Chasin, Greves do ABC, Democracia, Superexploração do trabalho